

REVISTA REDAÇÃO

22/02/2015 - Ed. 06



BARBÁRIE NAS PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS

LEONARDO GOLDBERG



//
**Concentração de
renda no Brasil:
Educação e
desigualdade**



//
**Sistema apostilado:
antieducação e
totalitarismo?**

BARBÁRIE nas penitenciárias BRASILEIRAS (LEONARDO GOLDBERG)

O confronto de conceitos em Freud e Foucault, o sentimento de culpa como condição sine qua non da civilização e os registros que transpassam a esfera jurídica e psiquiátrica na reflexão sobre o atual papel das penitenciárias



DE ACORDO com o Conselho Nacional de Justiça, a população carcerária brasileira é composta por 711.463 presos,¹ perdendo somente para a dos Estados Unidos e para a da China² e sendo maior do que o número de habitantes de nações como Butão, Montenegro, Macau, Luxemburgo, Cabo Verde, Malta e Samoa.

¹ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>. Acessado em: 11 de novembro de 2014

² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465527-brasil-passa-a-russia-e-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>. Acessado em: 11 de novembro de 2014

Por vezes, a situação de calamidade da saúde nos presídios ou a ocorrência de rebeliões tomam conta do noticiário nacional. Uma das referências mais alarmantes do país se encontra em São Luís, no Maranhão: a penitenciária de Pedrinhas, que durante o ano de 2014 foi palco de diversos homicídios e situações limite entre o discurso jurídico e médico.

Sigmund Freud (1856-1939) escreve *O mal-estar na civilização* (ou cultura) em 1929, um ensaio que trata das ideias de desenvolvimento da civilização além da constituição dos laços comunitários e da satisfação sexual; mas também da restrição da vida sexual envolta nas possibilidades de desenvolvimento civilizatório. A ideia do mal-estar em Freud é amparada na concepção do sentimento de culpa como ordem regulatória da sociedade que se desenvolve como civilização. Freud³ cita a máxima hobbesiana - *homo homini lupus* - "o homem é o lobo do homem", a hostilidade entre os seres humanos é primária, e a sociedade imersa na cultura (ou civilizada) estaria, não amiúde, defronte da possibilidade de ruína permanente.

³ FREUD, 2014, pág. 124

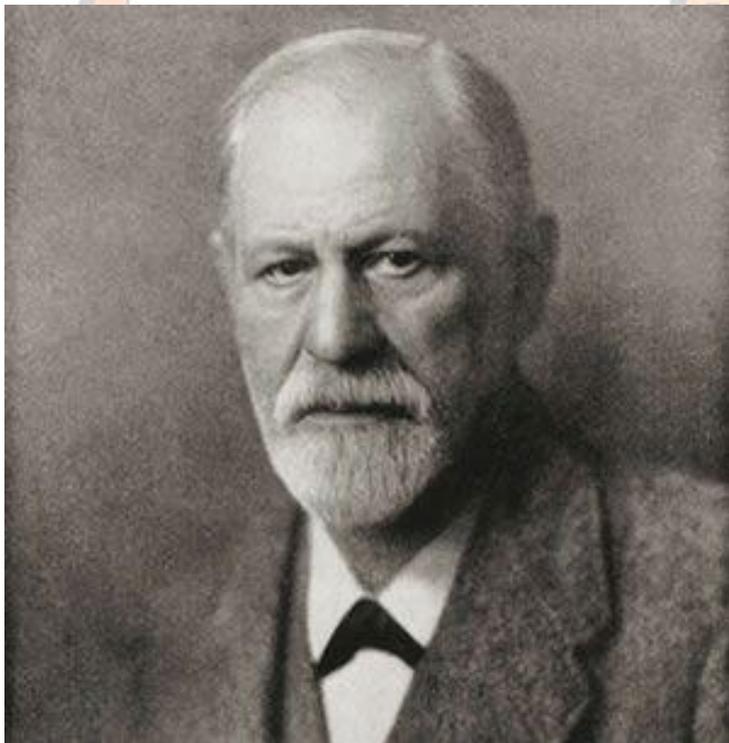
Os exemplos de Freud perpassam a História e são conhecidos por grande parte das pessoas - gengis Khan (1162- - 1227), os cruzados ou a Primeira guerra Mundial. Um ensaio que precede os horrores da Segunda guerra Mundial, mas já os descrevia. Freud pontua enfaticamente, mesmo que exista uma preferência absoluta pela recusa em admitir, que o "ser humano não é uma criatura afável e carente de amor que, no máximo, é capaz de se defender quando atacada"⁴ e também que, para o homem, "o próximo não é apenas um possível ajudante e um possível objeto sexual, mas também uma tentação para se satisfazer nele a agressão, explorar sua força de trabalho sem recompensá-lo, usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apropriar-se de seus bens, humilhá-lo, causar-lhe dor, torturá-lo e matá-lo".⁵

⁴ Idem, pág.123

⁵ Idem, pág. 124

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO IMPÕE GRANDES SACRIFÍCIOS; A PLENITUDE DAS SATISFAÇÕES ESBARRA NA IMPOSIÇÃO REGULATÓRIA: DO SENTIMENTO DE CULPA À LEI E VICE-VERSA

REPRESSÃO E CULTURA



Freud recorre ao seu conceito de "narcisismo das pequenas diferenças" para descrever a intolerância de uma comunidade em relação às outras: ataque, zombaria, intolerância. A constituição dos laços afetivos comunitários satisfaz as tendências agressivas ao direcioná-las para as "outras comunidades". O processo civilizatório impõe grandes sacrifícios: da sexualidade às tendências agressivas. A plenitude das satisfações esbarra na imposição de mecanismos regulatórios: do sentimento de culpa à lei e vice-versa.

Freud afirma categoricamente que "a inclinação agressiva do ser humano é uma disposição de impulsos original, independente, e volto a afirmar que a cultura encontra nessa inclinação o seu mais poderoso empecilho".⁶

⁶ Idem, pág. 141

A "consciência de culpa" é uma instância interior que regula essas tendências agressivas, de forma a refreá-las. A instauração do supereu (ou superego) é fundamental para esse processo, no qual essa instância é extremamente sádica em relação ao eu (ego), movimento em que o sadomasoquismo é reconhecido como uma forma de unidade dialética. Freud postula que a sobrevivência da humanidade é condicionada aos recursos de dominação desses "impulsos de agressão e

de autoaniquilação"; em um período anterior à Segunda guerra Mundial, sua visão era cabalmente ligada às transformações sociais e ao *Zeitgeist* de uma História sombria que já tomava contornos na Alemanha.



Quando os atos agressivos do humano em relação ao humano passam a ser punidos através da restrição da liberdade, a racionalidade desse formato é tratada como uma medida de "recuperação" do agressor. Mas se a categorização dos presos não for a mais adequada, assim como a situação sanitária e de saúde, nos remetemos à situação catastrófica das penitenciárias brasileiras.

Do interior do Maranhão à grande São Paulo há problemas de mandos e desmandos de facções, métodos bárbaros de homicídio, superlotação.

A situação das cadeias brasileiras é conhecida pela população, inclusive de outros países. Um exemplo desse conhecimento é a rejeição da extradição do ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, pela Corte de Apelação de Bolonha. Pizzolato, condenado pelo judiciário brasileiro e preso momentaneamente na Itália, teve a extradição rejeitada sobretudo pela falta de condição mínima para garantir a preservação dos direitos humanos do presidiário em território brasileiro.⁷

⁷ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ita-lia-nega-extradia-a-o-e-manda-soltar-pizzolato/297093>. Acessado em: 11 de novembro de 2014

Um exemplo que ilustra a condição da barbárie carcerária brasileira se passa no interior do Maranhão, na cidade de Pinheiro, em 2011. A rebelião, motivada sobretudo pela superlotação, e talvez a mando de facções maranhenses, foi filmada e pode ser encontrada na íntegra no Youtube.⁸ A rebelião se inicia com um sujeito extremamente jovem de pé, exigindo a presença de juízes, promotores e dos "direitos humanos". Ao mesmo tempo em que o detento conversa com os carcereiros, nota-se que uma cabeça recém-separada do corpo se encontra em sua frente, pendurada na cela. A seguir, o detento brinca com ela e anuncia: "Isso aqui é uma cabeça!"

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ix9vAsGosSc>. Acessado em: 11 de novembro de 2014

Seguem algumas transcrições de falas dos detentos:

1:41: *"É muito bom, é muito bom matar gente."*

2:02: *"Se o promotor, juiz e direitos humanos não vier, vai morrer mais dez."*

6:03: *"Daqui meia hora, eu vou pendurar outra cabeça aqui ó."*

6:10: *"Eu quero juiz, promotor e direitos humanos [...] e a maconha nossa."*

8:08: *[enquanto apalpa a cabeça pendurada] "Olha ele aqui, ele tá olhando vocês." [risos].*

A rebelião terminará com sete mortes. Assassinar por decapitação é uma prática encontrada em penitenciárias de todo o país.



Michel Foucault define o cárcere como um aparelho disciplinar exaustivo, que deveria se ocupar de todos os aspectos do indivíduo: seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições

Foucault e a punição generalizada

"Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um 'monstro'. Sobre ele, como não teria a sociedade um direito absoluto? Como deixaria ela de pedir sua supressão pura e simples? E se é verdade que o princípio dos castigos deve estar subscrito no pacto, não é necessário, logicamente, que cada cidadão aceite a pena extrema para aqueles dentre eles que os atacam como organização? Todo malfeitor, atacando o direito social, torna-se, por seus crimes, rebelde e traidor da pátria; a conservação do Estado é então incompatível com a sua; um dos dois tem que perecer e, quando se faz perecer o culpado, é menos como cidadão que como inimigo. O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade.

Mas ele se encontra então recomposto com elementos tão fortes que se torna quase mais temível. O malfeitor foi arrancado a uma ameaça, por natureza, excessiva, mas é exposto a uma pena que não se vê o que pudesse limitar. Volta de um terrível superpoder. E necessidade de colocar um princípio de moderação ao poder do castigo. [.]

Ora, se deixarmos de lado o dano propriamente material – que embora irreparável como num assassinato é de pouca extensão na escala de uma sociedade inteira – o prejuízo que um crime traz ao corpo social é a desordem que introduz nele: o escândalo que suscita, o exemplo que dá, a incitação a recomeçar se não é punido, a possibilidade de generalização que traz consigo. Para ser útil, o castigo deve ter como objetivo as consequências do crime, entendidas como a série de desordens que este é capaz de abrir. [.]

Se o motivo de um crime é a vantagem que se representa com ele, a eficácia da pena está na desvantagem que se espera dela. O que ocasiona a 'pena' na essência da punição não é a sensação do sofrimento, mas a ideia de uma dor, de um desprazer, de um inconveniente – a "pena" da ideia da 'pena'. A punição não precisa portanto utilizar o corpo, mas a representação. Ou antes, se ela tem que utilizar o corpo, isto o será na medida em que ele não é tanto o sujeito de um sofrimento quanto o objeto de uma representação: a lembrança de uma dor pode impedir a reincidência, do mesmo modo que o espetáculo, mesmo artificial, de uma pena física pode prevenir o contágio do crime. Mas não é a dor em si que será instrumento da técnica punitiva. Portanto, de nada adianta fazer ostentação dos patíbulo, por tempo o mais prolongado possível, e exceto nos casos em que se trate de suscitar uma representação eficaz. Eliminação do corpo como sujeito da pena, mas não forçosamente como elemento num espetáculo. A recusa aos suplícios que, no limiar da teoria, só encontrara uma formulação lírica, encontra aqui a possibilidade de se articular racionalmente. É a representação da pena que deve ser maximizada, e não sua realidade corpórea." (FOUCAULT, 1999)

PUNIÇÃO E BRUTALIDADE

O discurso da racionalidade de um ato criminoso pode ser tomado por explicações relacionadas a uma forma de punição. Os requintes de crueldade, porém, são significantes. Quando um detento diz que "é muito bom matar gente" ou brinca com uma cabeça humana como se fosse um brinquedo, passamos a refletir sobre a ocupação dos espaços nas penitenciárias brasileiras.

Em *Os anormais*, na verdade um curso ministrado no Collège de France, Michel Foucault (1926-1984) perpassa a historicidade do enquadramento de atos criminosos na alçada do discurso psiquiátrico e do discurso jurídico. As categorizações, entre "monstro humano", "indivíduo a ser corrigido" e "criança masturbadora", dão luz à concepção de cada tempo em relação aos atos criminosos.

O "monstro" seria aquele que dificilmente pode ser incluído e enquadrado na esfera psiquiátrica, tampouco na jurídica. Nos estudos sobre a perversidade, Foucault examina as ideias de significado controverso. Na associação de um discurso ao outro surge termos como "debilidade do eu", "não desenvolvimento do superego", "estrutura de caráter", que o autor considera pueris. As tentativas de produção de significantes para enquadrar os atos (por vezes sem razão) criminosos empobrece os autos e as leituras que falam sobre eles.

Os anormais conta a história de Henriette Cornier, uma mulher que aparece na casa da vizinha e se oferece para tomar conta da filha da mulher, de dezenove meses. Cornier leva a menina para o quarto e corta seu pescoço. Depois, permanece diante do cadáver do bebê. Anuncia para a mãe que a filha está morta. A mãe, incrédula, tenta entrar no quarto, e Cornier coloca a cabeça da menina em um avental e o arremessa pela janela. Quando lhe perguntam o porquê, Cornier responde



A superlotação da penitenciária de Pinheiros, no Maranhão, foi o principal motivo da violenta rebelião em 2011

que "foi uma ideia". Examinada posteriormente por Esquirol, Adelon e Léveillé, nenhum traço de loucura foi encontrado na autora do ato.

Enquanto os discursos psiquiátricos e jurídicos tentam encontrar formas de se sobreporem para se adequarem aos atos monstruosos, ou seja, sem razão, surge a noção de instinto, que ampara a psiquiatria criminal. No século XIX, dá-se a passagem da noção de monstro para a de "o anormal". Foucault descreve os autos dos casos com maior repercussão da época.

A racionalidade na leitura dos atos criminosos se deu sobretudo pela necessidade de uma "unidade de medida entre o crime e o castigo".⁹ A inimizabilidade oferece ao autor a prisão em um manicômio judiciário em vez de em uma prisão. Mas ao nos depararmos com a situação carcerária brasileira e com as transcrições supracitadas, pensamos que essa unidade de medida, necessária na modernidade, está obsoleta no país ou caiu em obsolescência prática.

9 *Idem*, pág. 75

EM OS ANORMAIS, MICHEL FOUCAULT PERPASSA A HISTORICIDADE DO ENQUADRAMENTO DE ATOS CRIMINOSOS NA ALÇADA DO DISCURSO PSQUIÁTRICO E DO DISCURSO JURÍDICO

Do "monstro" ao "anormal" de Foucault, deparamo-nos com as tratativas de convenção histórica para categorizar autores e atos, dividi-los e entendê-los. Entender era devidamente importante para cobrir o anseio de não repeti-los. Os manuais médicos psiquiátricos davam conta de atenuar a dificuldade de compreensão jurídica, e vice-versa. O que era encarado como "degeneração" recebeu um aparato de poder psiquiátrico para lidar de forma profilática com os atos de barbaridade de difíceis compreensão.

No entanto, quando a definição da "unidade de medida entre o crime e o castigo" é feita de forma absolutamente caótica, a mistura desemboca na possível re(ação) de pessoas que não seriam *a priori* bárbaros homicidas, mas se transformam quando mergulhadas na linguagem e na cultura que perpassam as penitenciárias brasileiras.



Para Lacan, a perversão é uma estrutura (como a psicose e a neurose), e existem muitas discussões sobre o tratamento psicanalítico e sua efetividade para os perversos

LACAN E A PERVERSÃO

Para Jacques Lacan (1901-1981), a perversão consiste em uma estrutura, assim como a neurose e a psicose. Nela, a dialética entre o sujeito e o outro, o sujeito se comporta como instrumento do outro, como meio de gozo para o outro. O sujeito, na estrutura perversa, evita a falta do outro através da Verleugnung (*desmentindo*, na tradução de Lacan).¹⁰

¹⁰ **LEITE, Márcio Peter de Souza. O real**

Nas transcrições supracitadas, o exemplo no vídeo é tácito. O rapaz que está ao lado do líder do motim pouco se importa com as motivações explicitadas da rebelião. Quando o líder fala sobre matar, quando o signifi cante que alude à ideia da ordenação do outro para gozar aparece, esse comemora: "Eu amo matar gente, matar gente é muito bom". Da ordenação vigente em uma facção ou a de Estado, a estrutura perversa se encontra dentro de uma prisão ou em um funcionário público clássico. Mas é efetivamente o que transforma a civilização em civilização o que nos faz colocar em suspeição a efetividade das penitenciárias como modelo de qualquer transformação social.

Se a categorização dos presos, a já citada "unidade de medida entre o crime e o castigo", é praticamente um dado aleatório no país, que possivelmente tenha mais convergência com a condição social do preso do que com seu ato criminoso, o ajuntamento de neuróticos, psicóticos e perversos nas penitenciárias, os "monstros" que fogem da possibilidade de um enquadramento psiquiátrico ou jurídico e, não obstante, a falta básica de higiene (fator estruturante da civilização enquanto tal), saúde e as ordenações caóticas das facções criam um terreno fértil para um movimento de violência cíclica, que, em vez de ser combatido, é *re-produzido* com a situação das prisões atualmente.

O processo de transformação das penitenciárias é urgente e condiciona, inclusive, as transformações sociais ao mesmo. Freud afirma que "o supereu de uma época da cultura tem uma origem semelhante à do supereu do indivíduo; ele repousa sobre a impressão deixada por grandes líderes, homens de avassaladora força de espírito ou nos quais uma das aspirações humanas encontrou o seu desenvolvimento mais forte e mais puro, e por isso, com frequência, também mais unilateral. Em muitos casos, essa analogia vai ainda mais longe, na medida em que essas pessoas - muitas vezes, embora não sempre - foram escarnecidas e maltratadas pelas outras enquanto viveram, ou mesmo eliminadas de maneira cruel, da mesma forma que o pai primevo só muito tempo depois de sua morte violenta ascendeu à condição de divindade. O exemplo mais comovente dessa conjunção fatídica é justamente a pessoa de Jesus Cristo".¹¹

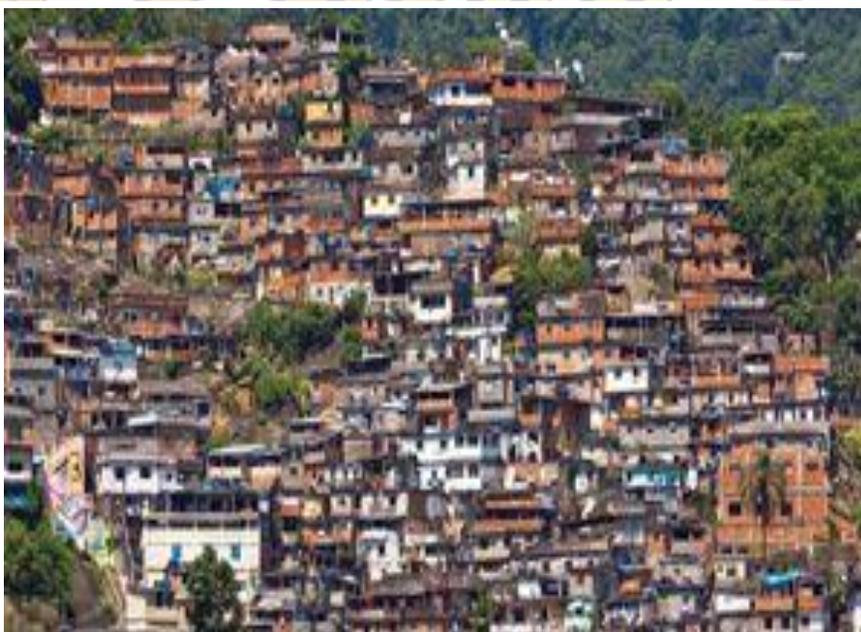


Foucault entende que a insistência na violência que reenvia a força bruta, desequilibrada, passional, física e irregular pode obstruir uma compreensão das relações de poder calculadas, racionais e medidas que caracterizam a Psiquiatria

perverso como o que se coloca como "braço instrumentalizado" do outro, no caso do jovem que tem como referência máxima as facções criminosas como modelos de identificação e de ideais, de que outro estamos falando?

Max Weber (1864-1920) usava a expressão *Gewaltmonopol des Staates* para se referir ao "monopólio da violência" exercido pelo Estado. De acordo com o autor, condição fundamental para o processo civilizatório, a legitimidade da violência deveria concernir unicamente às forças do Estado. Se fizermos uma leitura da atual conjuntura da violência no Brasil, poderíamos passar a usar o termo "oligopólio", que se refere a um conjunto formado por governo, empresas e grupos que se tocam, se batem, se entrelaçam, mas invariavelmente detêm a violência. O "oligopólio da violência" se refere ao Estado e a facções criminosas, ao institucionalismo arcaico que criou um terreno fértil para a elaboração de facções criminosas no espaço que deveria refreá-las.

Na formulação do conceito de "narcoditadura", Souza¹³ deflagra as cartas de fundação do Primeiro Comando da Capital (PCC), em associação ao Comando Vermelho (CV), que são carregadas de ideias políticas que fazem referência às penitenciárias brasileiras como "campos de concentração" de um "sistema policial, judicial e penitenciário falido, arcaico, injusto, corrupto, incompetente, cruel e desumano".¹⁴



O centro do drama ensejado pelo narcotráfico são os espaços urbanos pobres e esquecidos pelos políticos; e são justamente nesses espaços que facções como o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC), o Primeiro Comando da Capital (PCC), entre outras, criam um poder paralelo

¹³ Idem. pág. 77

¹⁴ Ibidem

A diferenciação fundamental se dá na estruturação das facções no âmago do Estado, em seu espaço de pretensa "ressocialização" ou até de punição. O que começa como uma reação política se transforma na barbárie pela barbárie, talvez em busca do reconhecimento fundamental para o sujeito. Quando a violência se torna um oligopólio, em conjunção do Estado com facções criminosas, o Leviatã hobbesiano se torna mais cruel, com garras que podem utilizar ou descartar as facções criminosas, mas, sobretudo, em uma conjunção de controle social através da violência. O imperativo de duas leis, a "lei do crime" e a legislação vigente, que se tocam em um mesmo espaço signifi cativo, as penitenciárias.

A mesma educação que Th eodor Adorno (1903-1969) entoa em seu texto *Educação após Auschwitz* - que se inicia da seguinte maneira: "A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação" 15 - é essencial para refrear a barbárie. Não repetir a barbárie como condição fundamental para a Educação; a Educação como condição fundamental para não repetir a barbárie. Podemos concluir que a remodelação do sistema penitenciário brasileiro é uma condição urgente e indispensável para pensarmos qualquer transformação social no Brasil.

¹⁵ **ADORNO, Theodor.** *Educação após Auschwitz*

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Educação após Auschwitz*. Disponível em [http:// adorno.planetaclix.pt/tadorno10.htm](http://adorno.planetaclix.pt/tadorno10.htm). Acessado em 12 de novembro de 2014.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. *Vigiar e punir: nascimentos da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Tradução de Renato Zwich. Porto Alegre: LPM, 2014.

LEITE, Márcio Peter de Souza. *O real*. Disponível em: [http://www. marciopeter.com.br/links2/psilacan/psilacareal.html](http://www.marciopeter.com.br/links2/psilacan/psilacareal.html). Acessado em: 12 de novembro de 2014.

SOUZA, Percival de. *Narcoditadura*. São Paulo: Planeta, 2014.

LEONARDO GOLDBERG é Psicólogo, Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. *Revista FILOSOFIA*, Fevereiro de 2015.

Sistema apostilado: antieducação e totalitarismo? (ARTHUR MEUCCI)



PRIMEIRAMENTE, eu gostaria de agradecer aos professores pelos e-mails com críticas e palavras de motivação pedindo maiores detalhes sobre a minha pesquisa. Já não me sinto mais tão solitário em meus pensamentos como há meses atrás.

A coluna desta edição foi uma demanda de professores do interior de São Paulo, que relataram problemas decorrentes do sistema de ensino apostilado. Muitas escolas municipais e particulares de massa estão impondo aos educadores e educandos um sistema inflexível, com um plano de cursos e de aulas já prontos, vendidos por grandes empresas de ensino. Em muitos casos, até mesmo as provas são elaboradas e corrigidas nas sedes destas empresas, coagindo assim o professor a adotar o sistema sem nenhum tipo de modificação, adaptação ou crítica.

Esta concepção autoritária de Educação não é um fenômeno novo em nosso país. As primeiras escolas jesuíticas implantadas no Brasil tinham como missão padronizar o ensino para naturalizar a exploração da colônia pela metrópole e pela Igreja, evitando assim questionamentos e críticas que os atrapalhassem. Na ditadura militar também tentaram homogenizar a transmissão de conteúdo para controlar a população, felizmente sem muito sucesso.

Atualmente, grupos políticos de extrema direita, que atuam com força nos municípios de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, tentam recriar um tecnicismo fascista para acabar com todos os tipos de liberdade em sala de aula, bem como reforçar uma ideologia sistêmica de metas, totalmente desumana, que pretende naturalizar as atuais formas de exploração exercidas pelas empresas. Também contribuiu para a expansão deste segmento um enorme esquema de corrupção envolvendo a compra de apostilas - o governo federal oferece gratuitamente várias opções de livros excelentes que podem ser escolhidos pelo professor, por isso não é preciso comprar materiais didáticos de outras empresas.

Pensando nas tentativas de alguns grupos de implantar uma sociedade autoritária através da Educação, os constituintes de 1987/1988 nos ofereceram ferramentas jurídicas de defesa. O artigo 206 da Constituição Federal (CF) defende o exercício da liberdade do ensino pautado no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, direito reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação em seu artigo terceiro. Tanto a CF quanto a LDB são claras ao afirmar que a liberdade de ensinar é consagrada ao professor, e não à escola ou faculdade. Logo, nenhuma norma escolar pode obrigar o professor a adotar um tipo de material didático ou a conduzir suas aulas segundo conteúdos e cronogramas predeterminados.

O único argumento utilizado para justificar a adoção desse sistema fordista é apontar que alguns estudos mostram que há professores "despreparados" e com uma formação deficiente lecionando em escolas públicas e privadas - tal problema seria corrigido com um controle austero das estratégias didáticas. Porém, esse argumento apresenta três erros importantes: 1. Se o professor realmente for despreparado, ele não conseguirá ministrar a aula, com ou sem o planejamento fornecido pela escola - no máximo enganará os pais ao fazer crer que todos os conteúdos são "passados" conforme o cronograma. 2. Já se tornou consenso entre economistas e especialistas em Educação que, para melhorar o nível dos professores, é preciso pagar melhores salários, e não controlar seus métodos. 3. Não é possível padronizar grupos de estudantes que moram em regiões distintas possuem níveis socioeconômicos diferentes.

Eu já tive experiências com sistemas apostilados quando lecionava no ensino médio e conheço bem os efeitos nefastos que causam. Lembro-me especialmente de um colégio bem simpático, que abrigava uma comunidade de orientais recém-chegados ao Brasil. A escola em questão adotava um sistema apostilado de uma rede do sul do país, que visivelmente preparava seus alunos para os vestibulares daquela região. Os professores eram cobrados para ministrar o conteúdo exigido no dia, respeitavam os feriados da matriz e não os de São Paulo, as provas eram preparadas e corrigidas em outra cidade - o que tornava as relações na escola mais tensas. Mas havia algo ainda pior: exigiam dos estudantes orientais um desempenho similar aos da elite branca que frequentava as outras unidades - obviamente os docentes e discentes eram criticados e punidos pelo chicote dos educadores elitistas. Eu não tinha tempo para ensinar aqueles alunos a lerem corretamente os textos de Filosofia, nem podia relacionar os filósofos ocidentais com os orientais. Os alunos sofriam uma violência simbólica, perdiam a autoestima nos estudos e geravam transtornos para os pais. Apesar de os professores relatarem esses problemas para a empresa, eles diziam: "Tudo está registrado em contrato. Não podemos mudar".

Os professores não podem aceitar passivamente essa tentativa de controle e massificação que estão querendo impor, nem aceitar ameaças de retaliação ou demissão. Temos que pressionar os sindicatos para lutarem, em greves e na justiça, pela liberdade de ensino. Precisamos deixar claro para toda a sociedade que os atos de desobediência e as lutas para manter nossa autonomia em sala de aula são legítimas, pois queremos que os alunos sejam tratados como seres humanos e que os ideais democráticos de liberdade para utilizar com concepções pedagógicas plurais sejam respeitados.

ARTHUR MEUCCI é Mestre em Filosofia pela USP, Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e membro da Associação Filosófica *Scientiae Studia*. Professor, conferenciata da ECA/USP e do Curso de Ética e Meio Ambiente do PEC/FGV-SP e consultor do Espaço Ética (www.meucci.com.br). **Revista FILOSOFIA, Fevereiro de 2015.**

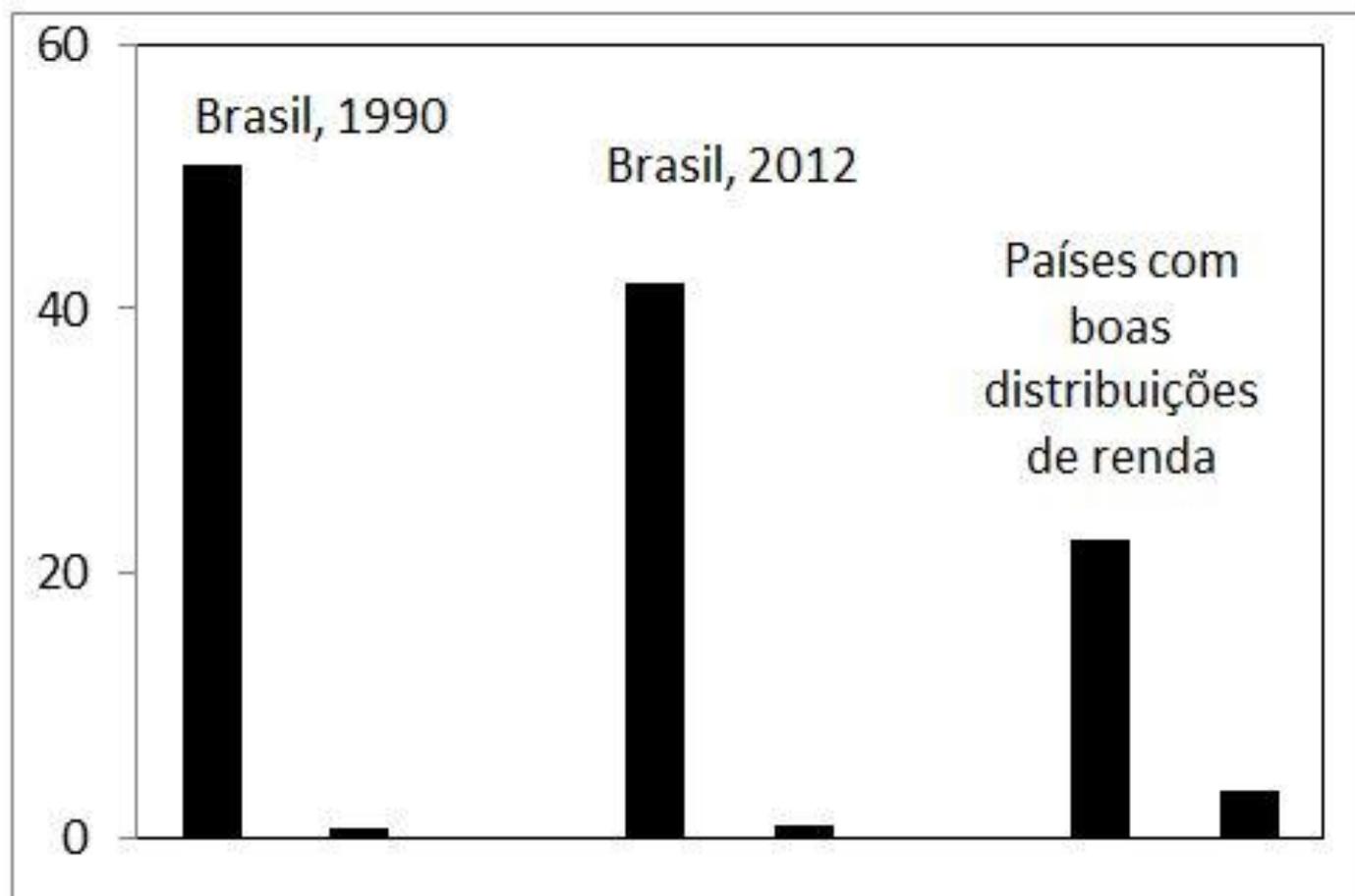
Concentração de renda no Brasil: Educação e desigualdade (OTAVIANO HELENE)

O sistema educacional reproduz as desigualdades atuais e projeta-as para o futuro. Filhos de pobres serão pouco e mal escolarizados, ocuparão funções mal remuneradas e terão filhos mal escolarizados; filhos de ricos serão bem escolarizados, terão rendas mais altas e filhos melhor escolarizados

O BRASIL chegou a ser, por volta de 1990, o país com a pior distribuição de renda de todo o mundo. Isso ocorreu possivelmente como consequência das políticas impostas durante o período ditatorial, combinada com a crise econômica que se iniciou no final da década de 1970 – crise essa também consequência das políticas adotadas durante aquele período. Por volta de 1990, os 10% mais ricos ficavam com mais da metade da renda nacional enquanto os 10% mais pobres recebiam 0,6% dela. Essas proporções significam que o que um representante médio daqueles mais ricos recebia e gastava em quatro dias era igual ao valor que, em média, um representante dos 10% mais pobres levava todo um ano para ganhar.^[1] A melhora havida na distribuição de renda brasileira, em especial neste início de século,^[2] nos tirou do último lugar. Entretanto, ainda estamos em uma das piores posições. Atualmente, o que um típico representante dos 10% mais ricos ganha em pouco mais de uma semana equivale àquilo que um dos representantes dos mais pobres leva um ano para ganhar. Ou, em outras palavras, a renda somada de quase meia centena de famílias entre as mais pobres equivale à renda de uma única família do contingente formado pelos 10% mais ricos.

Para fins de comparação, nos países com boa distribuição de renda, os 10% mais ricos ficam com não mais do que um quarto da renda nacional (perto da metade daquilo que os 10% mais ricos abocanham no Brasil). Nesses países, no outro extremo, os 10% mais pobres ficam com cerca de 4% da renda ou mais.

Figura 1 – Participação na renda nacional (%) dos 10% mais ricos (barras à esquerda) e dos 10% mais pobres (barras da direita) no Brasil e em países com boa distribuição de renda



A **Figura 1** ilustra a participação dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos no Brasil e em países onde a renda é bem distribuída. É necessário observar que a distribuição de renda conta apenas parte da história. O acesso igualitário a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, coisa comum em muitos países e praticamente inexistente no Brasil, atenua as consequências práticas das desigualdades de renda monetária.

Muitos dos países europeus, os antigos países socialistas, alguns países asiáticos (Paquistão, Vietnã e Índia,[3] por exemplo), entre outros, são exemplos de países com distribuições de renda boas ou razoáveis. Juntos com o Brasil estão muitos dos países latino-americanos – a má distribuição de renda é uma característica típica dos países dessa região – e africanos. A Tabela 1 mostra os doze países mais desiguais do mundo pelo critério do índice de Gini, todos eles na América Latina ou na África.

Tabela 1 – Os doze países mais desiguais do mundo, de um conjunto de 95 países para os quais há dados posteriores a 2000 disponibilizados pelo Banco Mundial. Índice de Gini, participação na renda nacional dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres e quantas vezes os 10% mais ricos são mais ricos do que os 10% mais pobres em média.

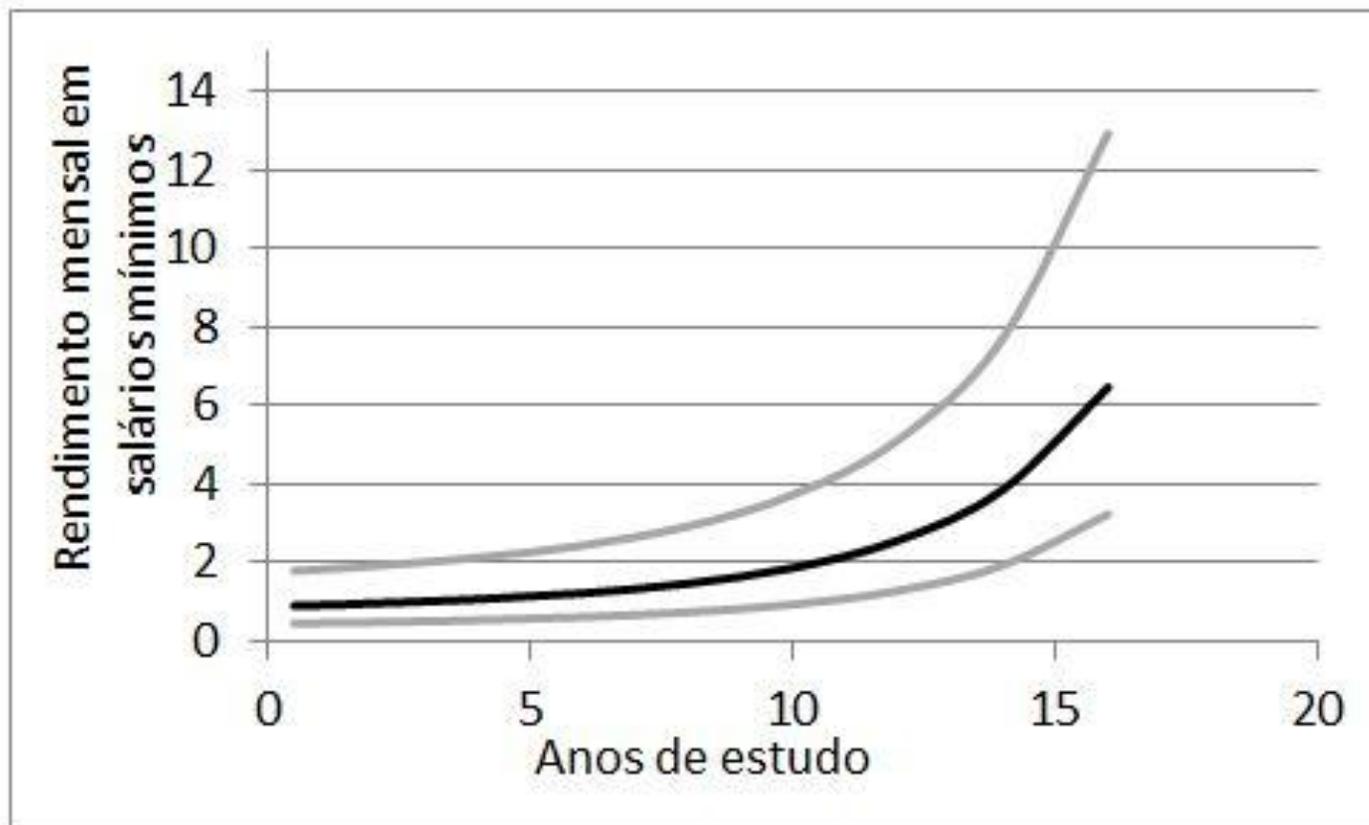
	Índice de Gini	10% mais ricos	10% mais pobres	Quantas vezes os mais ricos são mais ricos que os mais pobres
Africa do Sul	0,65	54	1,1	49
Namíbia	0,61	52	1,5	35
Zâmbia	0,57	47	1,5	32
Honduras	0,55	46	0,8	57
Colômbia	0,54	42	1,1	38
Lesoto	0,54	41	1,0	41
Brasil	0,53	42	1,0	42
Guatemala	0,52	42	1,3	32
Panamá	0,52	40	1,0	40
Suazilândia	0,52	40	1,7	24
Paraguai	0,51	37	1,4	27
Chile	0,51	42	1,7	25

Concentração de renda é algo que se deve combater não apenas pelo sofrimento que causa aos mais desfavorecidos e pelo desperdício dos recursos nacionais que provoca entre os mais ricos, mas também pelas muitas, danosas e graves consequências que tem na vida nacional. Programas de renda mínima, como é o caso do Bolsa Família, e de renda para idosos (que não são dependentes de outras pessoas) ou para pessoas incapacitadas para o trabalho (deficientes ou doentes crônicos) são alguns exemplos de como combater a desigualdade na distribuição de renda. Entretanto, esses instrumentos, que tanto ódio têm provocado nas classes mais privilegiadas – apesar de não tocar nos seus privilégios –, entre aqueles que desconhecem a realidade de outros países e entre os que mimetizam o comportamento das elites, podem ter colaborado para nos tirar do último lugar no quesito concentração de renda, mas ainda nos deixaram entre os países mais desiguais e injustos do mundo. Precisamos de processos de desconcentração de renda mais intensos e mais duradores e entre eles estariam os programas educacionais.

O mecanismo pelo qual a educação e a concentração de renda se relacionam e retroalimentam é o seguinte: quanto maior a renda familiar de uma criança ou um jovem, maior é o número de anos de estudo que terá e melhor a qualidade da educação que receberá; de outro lado, quanto melhor a escolarização, maior será sua renda futura. A combinação desses dois efeitos forma um círculo vicioso que contribui para perenizar a atual desigualdade de renda no país.

A interdependência entre renda e escolarização de uma pessoa no Brasil é mostrada na Figura 2. Pessoas com menos do que cinco anos de escolaridade, contingente que perfaz perto da terça parte da população, ganham, em média, um salário mínimo ao mês. No outro extremo, pessoas com nível superior completo ganham, também em média, seis vezes mais. (É necessário lembrar que, qualquer que seja o número médio de anos de estudo, há pessoas com maiores ou menores rendas, dependendo da profissão que exercem, do setor no qual trabalham, do tempo de experiência na profissão, da região do país em que vivem, de características individuais etc.)

Figura 2 – Renda mensal média em função do número de anos de estudo (linha escura). Qualquer que seja a escolaridade, há uma dispersão da renda; cerca da metade das pessoas tem renda entre as duas linhas mais fracas.



Vejam agora com que intensidade a escolarização de uma criança ou um jovem depende das condições econômicas familiares. Entre os jovens provenientes da terça parte mais pobre da população, completar o ensino fundamental é exceção, ou mesmo, rara exceção. Consequentemente, ocuparão, no futuro, funções com baixa remuneração e seus filhos e dependentes terão baixos níveis educacionais. No outro extremo, boa parte daqueles jovens provenientes da terça parte mais favorecida economicamente conclui o ensino superior. Em comparação com seus colegas mais desfavorecidos, por estudarem por um número maior de anos e por terem frequentado escolas de melhor qualidade,^[4] exercerão atividades mais bem remuneradas.

Portanto, filhos de pobres serão pouco e mal escolarizados, ocuparão funções mal remuneradas e seus filhos serão mal escolarizados; filhos de ricos são bem escolarizados, terão rendas mais altas no futuro e terão filhos melhor escolarizados. Assim, o sistema educacional brasileiro reproduz as desigualdades atuais e projeta-as para o futuro. Mantida essa situação não pode haver qualquer dúvida de como será o futuro do país no que diz respeito à concentração de renda e às desigualdades regionais.

Romper esse círculo vicioso é fundamental. Entretanto, fazer isso implica em melhorar – e muito – as escolas públicas, o que exige recursos financeiros muito maiores do que os atuais, e acabar com subsídios que favorecem a educação dos mais ricos na mesma proporção que prejudica a dos mais desfavorecidos. Mas isso se contrapõe aos interesses das elites econômicas, que não abrirão mão, por bem, de nenhum de seus privilégios, aos quais chamam de *direito*.

[1]Os dados citados têm como base informações disponibilizadas pelo IBGE e pelo Banco Mundial em suas páginas eletrônicas, respectivamente <http://www.ibge.gov.br> e <http://data.worldbank.org/indicator>, consultadas em janeiro de 2015.

[2]Veja, por exemplo, o artigo “Fitting Lorenz curves”, Otaviano Helene, *Economics Letters* 108, p.153, dez. 2010.

[3]Como a Índia sofreu uma piora em sua distribuição de renda desde o final do século XX (e, talvez, também por ser pobre), muitos pensam que sua distribuição de renda é ruim. Entretanto, na Índia a renda se distribui de forma equivalente à de muitos países europeu, bem melhor do que nos Estados Unidos e muitíssimo melhor do que no Brasil.

[4]Além da diferença no número de anos de estudo e da qualidade das escolas frequentadas, é necessário lembrar que complementos educacionais, tais como aulas particulares, cursos de línguas, acompanhamento psicológico, materiais culturais etc. são muito comuns nos segmentos mais favorecidos e inexistentes entre os mais pobres

OTAVIANO HELENE é Professor associado do Instituto de Física, presidiu a Adusp (Associação de Docentes da Universidade de São Paulo) de julho de 2007 a junho de 2009. Foi presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Fevereiro de 2015.**

A dieta da deusa negra (CRISTIANE SEGATTO)

Nada de marmitinha de frango desfiado com batata doce. Por que ouvir o segredo de beleza da passista do ano



Ao lado, Danielle do Nascimento Passista Quem 2015 (Foto: Marcio Nunes/QUEM)

PAREM as máquinas! A professora e dançarina Danielle do Nascimento, eleita a passista do ano pela **Revista QUEM**, revela ser adepta de uma prática incomum entre musas, celebridades e aspirantes a celebridade que desejam brilhar no Carnaval. Danielle come.

Sim, CO-MI-DA. Comida de verdade. Arroz, feijão, macarrão. Nada de marmitinha de frango desfiado com batata doce ou a mesmice da dieta da clara de ovo – os “segredos de boa forma” sempre citados pelas estrelas do Carnaval.

Com a passista da Unidos da Viradouro, a história é outra. Pelo menos, foi o que ela declarou à reportagem da QUEM. Para garantir energia extra antes dos ensaios, Danielle gostava de comer churros. Que notícia é essa, minha gente? Capaz de provocar um pico de glicemia em qualquer blogueira pseudo-saudável.

É sempre difícil saber quanto há de verdade nas declarações de celebridades (e mesmo de anônimos) sobre dieta e preparo físico. Nenhum repórter passa 24 horas por dia com o entrevistado para saber o que ele realmente coloca no prato. Nem consegue checar facilmente se a pessoa toma anabolizante, aditivos ou faz qualquer outra intervenção amalucada para modificar o corpo em pouco tempo.

Seja como for, as declarações de Danielle representam uma benéfica quebra de padrão. Está cada vez mais difícil encontrar gente bonita que não tenha vergonha de dizer que come comida. O mundo da fama e da beleza está impregnado de

modismos alimentares e recursos exóticos para esculpir o corpo que nada tem a ver com saúde nem com boa forma física.

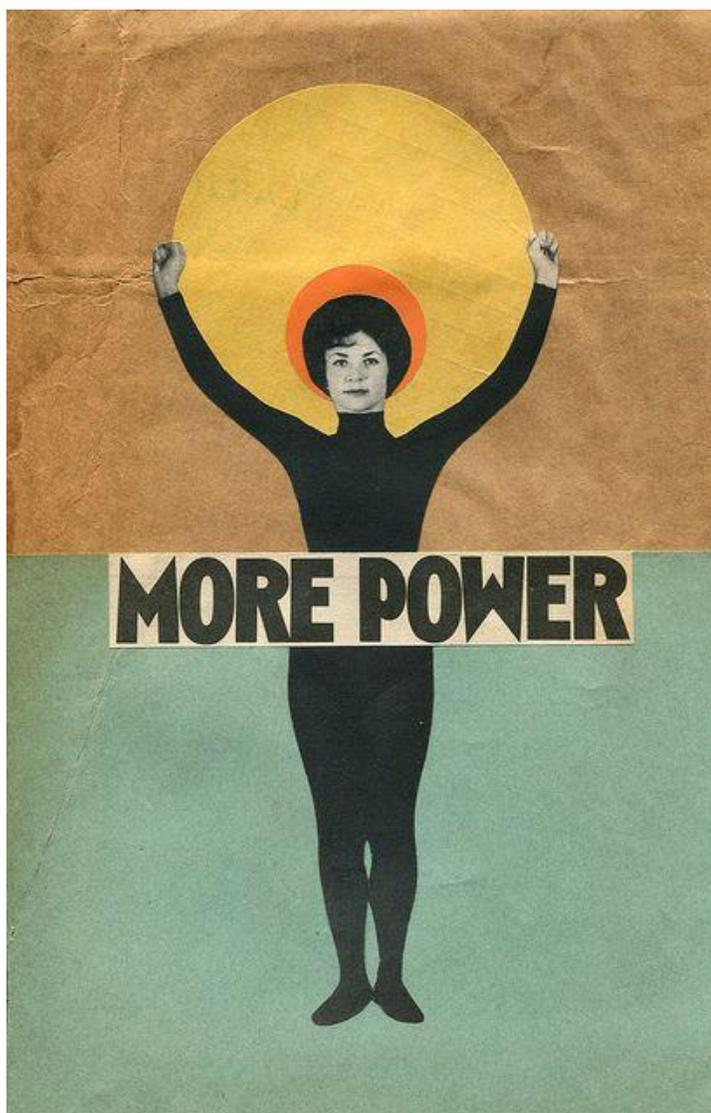
Quando celebridades divulgam dietas desbalanceadas e perigosos modismos de academia, elas não estão apenas enriquecendo os pilantras da vez. Elas endossam hábitos que até parecem saudáveis, mas não passam de terrorismo nutricional – a imposição de restrições exageradas e sem sentido. Ao mesmo tempo, reforçam padrões de beleza inatingíveis. Quando o público tenta reproduzir esses modelos, o resultado é ganho de peso e frustração.

Por tudo isso, é uma alegria ouvir a passista do ano dizer que come comida. E não é só isso. Ela também diz que não faz academia porque não vê graça em se exercitar em lugares fechados. Para manter 65 quilos em 1m65, Danielle (uma mulher de 30 anos, com genética privilegiada e gasto calórico de quem dança muito e tem samba no pé), não precisa se submeter a privações para manter o corpo de Deusa Negra – apelido que recebeu dos alunos da escola primária. Dá até para comer churros de vez em quando e sem medo.

Danielle foi eleita passista do ano com 32 mil votos do público (32% do total). É a primeira vez que desfila na ala de passistas da escola de Niterói. Começou no Carnaval ainda criança, na ala de baiarinhas da Beija-Flor. “Carnaval é minha cachaça”, diz. Minha torcida é uma só. Que a dieta da Deusa Negra nunca saia de moda. Coma comida. Sambe muito. Sorria à beça.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Fevereiro de 2015.**

Feminismo e democracia - Feminismo plural (MÁRCIA TIBURI)



Ao lado, “Fred One Licht”

O FEMINISMO brasileiro cresce em todos os espaços sociais. Grupos e coletivos enriquecem o cenário da luta pelos direitos das mulheres e de todas as minorias. Raça e classe social são questões que vem contribuir com o avanço das práticas feministas.

Podemos falar de uma pluralidade impressionante de propostas e posturas no âmbito feminista que inclui mulheres de todas as idades, raças, crenças, escolaridades e também sexualidades. Isso estimula o diálogo social entre pessoas e instituições, entre movimentos e, assim, o clima democrático.

Olhando para a história do feminismo, podemos dizer sem exagero que ele é a prova mais forte da intenção de democracia de uma país. Lembremos o caso da França, do Uruguai, de Portugal, do Canadá, para citar exemplos de países em que o feminismo conquistou direitos concretos para as mulheres, tais como o direito ao aborto.

(Sobre o aborto legal no mundo:

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_283054.shtml?func=2 e também o mapa: <http://www.aborto.com.br/mapa/>)

O feminismo é uma política, mas é, sobretudo, uma ética que defende a singularidade das pessoas. O feminismo é a própria democracia, mas uma democracia profunda que começa se colocando a questão dos direitos das mulheres e avança pondo em questão os direitos de todos os que sofrem sob jugos diversos em cenários em que o poder não passa de violência.

O nome feminismo

O nome “feminismo” ainda assusta muita gente. O termo feminismo é um desses nomes que sofreram com a construção de discursos desabonatórios, discursos que servem ao poder e que, para sustentá-lo criam monstros a cada momento.

É a velha misoginia, o ódio às mulheres, que sempre precisou fazer do feminismo uma espécie de erro, de monstruosidade. Quem estudar a história da misoginia vai descobrir uma das mais interessantes e perigosas estratégias do poder: criar a figura do mal pelo discurso. Refiro-me ao ato de falar mal mesmo, de discursar contra um outro qualquer que se quer destruir, de fazer fofoca, de criar a maledicência e com ela a figura do “mal”. A história das mulheres escrita pelos homens, da mitologia antiga à moderna, é a história da maledicência contra as mulheres. Lembremos das histórias de Pandora, de Lilith, de Eva...

O feminismo nasce nesse cenário como contra-discurso. Mas continua sendo, para os que estudaram pouco e se mantêm na arrogância própria do ignorante, uma dessas figuras do mal justamente porque combate a construção do discurso do "mal".

Para entender o que se passa ao nível dos discursos, antes de mais nada, é preciso aprender a desconfiar do que é dito nos meios de comunicação de massa. A boca do povo sempre foi muito controlada pelo Estado e pela Igreja e continua sendo pelos meios de comunicação. É bom lembrar que as vozes nunca são neutras. Ou defendem a liberdade ou defendem interesses. O feminismo é a defesa da liberdade das mulheres. Por que os direitos das mulheres estão intimamente ligados à ideia de liberdade em geral. Não são redutíveis a interesses de um grupo. São mais complexos e urgentes do que interesses porque implicam a realização da democracia.



Patty Smith

Para muitas pessoas, o termo feminismo é em si mesmo um erro. É como se, ao afirmar-se feminista, uma mulher, ou uma pessoa em geral, estivesse indo contra um estado natural das coisas que é tratado pelo discurso como sendo "a verdade". Portanto, as mulheres feministas estariam indo contra uma verdade que não pode ser negada sob pena de morte, no caso, a verdade do poder patriarcal que ainda está em vigência entre nós. Essa verdade patriarcal é poder de morte, violência simbólica e física, contra as mulheres. O feminismo é a luta contra esse poder.

Contra isso podemos dizer que o poder que historicamente esteve na mão dos homens foi transformado em violência. Trata-se de um problema histórico a ser corrigido no presente. O feminismo é essa correção. Por isso, é importante dizer que somos feministas.

O mundo precisa de mais feminismo.

O feminismo é a prática aberta a quem quiser ser feminista. São bem vindas todas as que quiserem se manifestar em seu nome na luta por democracia, em solidariedade àquelas que, no passado, lutaram e morreram para que tenhamos liberdade hoje, em solidariedade às que ainda não tem liberdade e sofrem sob o terror da dominação masculina e da opressão de gênero, raça, classe social e sexualidade.

MÁRCIA TIBURI é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e colunista da revista Cult. Publicou diversos livros de filosofia, entre eles "As Mulheres e a Filosofia" (Ed. Unisinos, 2002), "Filosofia Pop" (Ed. Bregantini, 2011) e Sociedade Fissurada (Record, 2013). Publicou também romances: Magnólia (2005), A Mulher de Costas (2006) e O Manto (2009), Era meu esse Rosto (Record, 2012). É autora ainda dos livros Diálogo/desenho, Diálogo/dança, Diálogo/Fotografia e Diálogo/Cinema (ed. SENAC-SP). **Revista CULT, Janeiro de 2015.**

As lágrimas de Sofia (LUIZ FELIPE PONDÉ)

ESTAMOS num momento pessimista no Brasil. Falta água, falta luz, sobra corrupto e a economia vai mal. A presidente parece uma deprimida furiosa e os seus aliados diretos são Fred Mercury e Pepe Legal. O pessimismo é mortal numa economia de mercado, por isso os deprimidos de Brasília tentam desesperadamente dizer para nós, que pagamos a conta da bandalheira, que tudo está bem nos trópicos.

O mundo nunca foi tão violento! Fuzilamentos em Paris, cabeças cortadas na Síria, meninas assassinadas na África. Não creio que o mundo esteja pior, ele sempre foi ruim. Agora temos TV a cabo e internet. Sabemos mais de tudo. Depois da Segunda Guerra Mundial, ficamos viciados em acreditar que tudo seria um paraíso a partir de 1945, um parque temático de direitos e férias. Doce ilusão. Não acho que o mundo esteja pior, acho que temos mais tempo livre e vivemos mais, por isso sabemos de tudo.

Muitos alunos perguntam por que a maioria dos autores estudados nas salas de aula são pessimistas. Não existem autores que foram otimistas? A primeira resposta possível é que sim, existem, mas são todos fracos e passam como o vento. Outra é que o pessimismo é mais realista, já que, para além da política e da economia, o simples fato de que os seres vivos comem uns aos outros já seria suficiente para pôr em cheque qualquer tipo de otimismo mais profundo.

Por último, o otimismo sempre parece meio brega. Combina com o Carnaval e passa como o efeito do álcool. O pessimismo, por sua vez, dá à pessoa um certo tom de profundidade. A melancolia sempre foi chique. Só gente superficial é otimista. Mas existe uma forma de pessimismo que acho muito mais interessante: o pessimismo teológico. O mundo teria sido criado por um Deus mau. Ou a natureza é cruel, como diria Brás Cubas.

Esta forma de pessimismo cosmológico tem uma referência importante, mas não única, nos escritos conhecidos como "Manuscritos de Nag Hammadi", lugar no Egito onde foram encontrados em meados do século 20. Muita gente se refere a esses textos como "Evangelhos Gnósticos", encontrados em rolos de papiros, mais tarde denominados "códex" --o primeiro e mais famoso é conhecido como "Códex Jung", por conta do grande investigador da alma humana ter tido envolvimento direto nos estudos desse material. O termo "gnóstico" significa, basicamente, "aquele que conhece" porque teve a gnose (conhecimento revelado), e no cristianismo gnóstico (primeiros cinco séculos da Era Cristã, mais ou menos) é ele o único que ouve a voz do salvador, Cristo. Mas o que o gnóstico conhece?

Em um desses evangelhos, o "Evangelho da Verdade", considerado um fruto da chamada Escola Valenciana -Valentinus teria sido um importante líder gnóstico do século 2º da Era Cristã que deixou discípulos, um deles teria escrito este texto--, a criação é fruto do desejo desmedido de Sofia, uma das figuras do panteão do "Agnostos Theos" (o "Deus desconhecido", que não criou o universo e do qual veio Jesus, o Salvador). Sofia, querendo conhecer este Deus silencioso, gerou uma "crise" no Pleroma (espécie de Olimpo dos gnósticos) porque ninguém pode conhecer esse Deus "separé", como diz a estudiosa francesa Simone Pétrement.

Sofia se desespera porque fez isso e, de sua angústia, nasce seu filho, o Demiurgo - um idiota cego e orgulhoso que quer ser Deus e, para isso, cria o mundo como seu brinquedo de torturas e a humanidade, para se divertir. Um Deus à altura de Brás Cubas. Ao chorar por ver o que fez, Sofia derrama lágrimas sobre o mundo. Essas lágrimas, feitas da mesma matéria do Deus desconhecido (tudo no Pleroma, inclusive Sofia, é feito da mesma matéria do "Agnostos Theos"), caem em alguns homens e mulheres. Essas lágrimas virarão as centelhas do Deus desconhecido no mundo, que serão despertadas pela fala de Cristo.

Ao despertar, esses autênticos filhos do Deus desconhecido tornam-se "aqueles que sabem", os gnósticos. Sabem que não há esperança no mundo porque ele foi criado por um Deus idiota, orgulhoso e cruel. Portanto, resta apenas o silêncio e a fuga.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Anos dourados (NIZAN GUANAES)

VOU CORRER a meia maratona em Amsterdã. Para superar esses 21 quilômetros, minha vida vai mudar, minha boca vai mudar, meu corpo vai mudar. Para pensar diferente, você tem que mudar o comportamento. E todos nós precisamos mudar porque a mudança é o novo.

Na publicidade, mudança é partícula fundamental do ar. A multiplicação das telinhas em toda parte, o tempo todo, das circunstâncias mais triviais às mais solenes, é uma forma fácil de entender como estamos mudados, como o futuro é presente. Só não podemos exagerar no futurismo. Afinal, você só consegue falar do futuro falando com o passado. Os blocos são o último grito do Carnaval, mas eles eram exatamente isso na metade do século passado. E o "storytelling" não pode ser uma grande novidade. E a Bíblia? Os contos de Machado de Assis?

A publicidade mudou muito nas últimas décadas. Quando a TV se estabeleceu com velocidade a partir dos anos 1950, publicitários e agências não só se adaptaram rapidamente como usaram a nova mídia para inovar, criar peças memoráveis e gerar valor e negócios com eficiência muito maior. O que mudou agora foi o ritmo das inovações tecnológicas, que rodam na batida do chip mais rápido. Novos recursos são logo envelhecidos por recursos ainda mais potentes e populares. Mídias criadas por 15 "nerds" nos vales do silício do mundo atingem centenas de milhões de usuários em meses, deslocando públicos e agendas. O "big data" nos permite conhecer a fundo e estabelecer novas conversações com os consumidores. Como estratificador de públicos, a gestão de dados é um multiplicador de mensagens, ideias e campanhas. Ela divide para multiplicar.

Por isso esta é nossa hora mais interessante. A era dourada da propaganda. Ao contrário dos pessimistas de plantão, que viam nas novas formas de pensamento, comportamento e comunicação golpes mortais na publicidade, ela mudou e ganhou relevância. E a publicidade não deve mais promover o consumo, mas o consumo consciente. Nesse mundo hiperconectado e hiperinformado, a necessidade de marcas e organizações se comunicarem só pode crescer. É preciso mais intensidade e mais eficiência. Qualquer erro será exposto e decomposto à luz dos googles da vida, o que só aumenta a responsabilidade.

Vivemos numa revolução humana, que é por isso também comercial e industrial. Os homens estão pensando diferente, agindo diferente, produzindo diferente e consumindo diferente. E fazendo propaganda diferente. Mas não se iluda: a nova propaganda é a alma do novo negócio.

Nosso setor foi duplamente abalado. A maior crise do capitalismo em décadas se sobrepôs às mudanças profundas que já chacoalhavam a comunicação. Testada, a publicidade se mostrou mais uma vez forte e resistente. Não houve quebra de grandes grupos publicitários nem de grandes agências, ao contrário do que ocorreu em muitos setores da economia. E a publicidade não só saiu com poucas perdas como reagiu à nova comunicação com criatividade, inovação e gestão.

Mudou e se enquadrou, de novo, na ponta do novo. Os resultados estão aparecendo de forma cada vez mais clara. O tsunami digital que parecia ameaçar a propaganda está se transformando numa onda propulsora na qual as boas agências e os bons publicitários, muitos deles brasileiros, surfam como Gabriel Medina. Nos EUA, onde ainda quase tudo começa, ou recomeça, a publicidade teve ano excelente em 2014, recuperando-se com a economia americana e mostrando que as novas ferramentas digitais não são a nova trincheira, mas a nova fronteira.

A publicidade não ficou para trás, pelo contrário. Ela caminha fortalecida para o futuro, com muito mais recursos para inovar e fazer negócios. A realidade mostra que nunca se investiu tanto e se criou tanto em publicidade. O futuro chegou. E nos fortaleceu. Não devemos temer o que vem pela frente. Desde que venha pela frente.

NIZAN GUANAES, publicitário e presidente do Grupo ABC, escreve às terças-feiras, a cada 14 dias, nesta coluna. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

A doçura como virtude (ROSELY SAYÃO)

MUITA GENTE já observou e falou a respeito do clima tenso e até violento dos comentários na internet. Um xinga de cá, outro devolve num tom acima de lá. Um texto opinativo suscita desafetos e serve de motivo para ataques a quem o escreveu. Uma posição política não partidária dificilmente passa ilesa, e assim por diante.

Acontece que esse clima duro, agressivo e hostil que encontramos na rede tem se manifestado também nos relacionamentos interpessoais na realidade. Em muitas empresas, funcionários reclamam da maneira áspera com que são tratados por colegas e chefes, e também dos gritos que ouvem quando cometem alguma falha ou deslize. Nunca se soube de tantos gritos, palavrões e choros em ambientes organizacionais.

Nos relacionamentos impessoais --os que ocorrem nos espaços públicos entre pessoas que não se conhecem-- acontece a mesma coisa. O trânsito, talvez, seja o exemplo mais didático sobre tal clima. Até parece que motoristas e pedestres são inimigos entre si e uns dos outros e, em estado de guerra, andam sempre armados e prontos para rebater o que consideram desaforo. Uma única barbeiragem ou indecisão é suficiente para provocar uma saravada de impropérios.

Os relacionamentos pessoais e afetivos também têm sofrido dessa dureza na convivência: amigos se destratam por motivos banais e demoram para perdoar uns aos outros; casais, quando enfrentam conflitos e desavenças, perdem o controle de seus impulsos e usam tom e palavras que provocam intenso sofrimentos a ambos.

E nas famílias - claro! - isso se repete. Muitos pais e mães que vivem declarando amor incondicional aos filhos, quando precisam usar a firmeza para dar uma bronca, chamar a atenção ou mesmo cobrar algo deles, perdem a delicadeza e se tornam demasiadamente áspers. Entre as crianças percebemos com clareza o resultado dessas lições que elas têm aprendido com os adultos: à medida que crescem, cresce também a hostilidade que manifestam a seus pares na convivência. Tem faltado doçura nos relacionamentos interpessoais e no trato com as crianças.

A doçura é uma virtude. Ela, portanto, pode --e deve-- ser ensinada. Não é grande, porém, o número de pais que se ocupam com os ensinamentos de virtudes a seus filhos. Muitas, hoje, são confundidas com fraqueza e, por esse motivo, muitos pais hesitam em ensiná-las aos filhos. A própria doçura é uma delas! Já ouvi um pai reclamar com o filho de pouco mais de nove anos de ele não ter respondido em tom agressivo a uma provocação de um colega, dizendo: "Você tem sangue de barata!".

É possível ensinar o que for preciso aos filhos com doçura. Mesmo em situações estressantes --quando os filhos desobedecem, transgridem, agridem, desrespeitam, fazem manha, birra e tudo o mais que eles sabem muito bem fazer--, é possível ter e manter a calma, o que possibilita que o que for preciso ser dito seja feito com suavidade e doçura. Mesmo os pais que se identificam como "muito chatos" com os filhos ou bem rigorosos na educação que praticam podem manifestar ternura em seus atos.

As reclamações sobre os estilos dos relacionamentos nesse mundo são tantas, que muitos pais tentam proteger seus filhos, colocando-os em verdadeiras "redomas" que, no entanto, se arrebentam quando eles chegam à adolescência. Talvez seja mais efetivo se esforçarem, com o uso e o ensinamento das virtudes --hoje, da doçura em especial--, para que essa realidade mude.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

'Cinquenta Tons de Cinza', o filme (CONTARDO CALLIGARIS)

GOSTEI de "Cinquenta Tons de Cinza", o filme - gostei do que a diretora, Sam Taylor-Johnson, soube fazer com o livro. Em 2012, quando o primeiro volume saiu em português (ed. Intrínseca), dediquei uma coluna à trilogia de E. L. James (<http://migre.me/oEd4P>). Não escreveria agora sobre o filme se ele não fosse acolhido por salvas de críticas que acho bizarras.

Começou com a previsão de que o filme seria um fracasso. Ora, nos EUA, no Brasil e no mundo, "Cinquenta Tons" foi campeão de bilheteria no fim de semana de estreia. Logo, houve as declarações de alguns líderes católicos, segundo os quais, no filme, a visão do sexo seria degradante e contrária aos ensinamentos da igreja quanto ao "caráter sublime e amoroso da intimidade sexual no casamento". O fato é que, sistematicamente, a censura emburrece quem a pratica ou tenta praticá-la.

Quem leu E. L. James sabe que a trilogia é uma história de amor. Nenhuma novidade: um casal sadomasoquista (SM) é quase sempre amoroso, duradouro e unido por um raro respeito recíproco. Por isto os adolescentes gostam do filme e dos livros: porque contam uma história romântica. Líderes evangélicos, como Edir Macedo e Sezar Cavalcante, também não viram, não leram ou não entenderam: acharam que o filme "glorifica a excitação sexual sem amor" e "cultua o hedonismo" ou mesmo "o sexo sem compromisso" (essa é bizarra, visto que, no filme e no livro, o compromisso é a condição para que haja uma relação).

Escutar líderes cristãos protestando contra o erotismo SM não deixa de ser um paradoxo estranho. Há várias razões pelas quais as fantasias SM são as mais frequentes no erotismo de nossa cultura, e uma delas é a glorificação do corpo supliciado na religião cristã. Conheci dezenas de adolescentes cujas primeiras masturbações foram inspiradas por um exemplar (ilustrado ou não) da martirologia cristã, que estava na biblioteca de família sem que ninguém suspeitasse de sua carga erótica possível.

Nos anos 1970 ou 1980, na casa de todos meus amigos homossexuais e praticantes de SM pesado, na Califórnia, tinha um livro de mesa inteiramente dedicado às imagens de São Sebastião. Acho que o título era "Sebastian". Tento encontrar esse livro sem sucesso. Algum leitor se lembra? Seja como for, é irônico que, na bilheteria, "Cinquenta Tons" concorresse logo com a "Paixão de Cristo", de Mel Gibson, que, desde 2004, era a melhor bilheteria de estreia para um mês de fevereiro. Era e não é mais: "Cinquenta Tons" ganhou.

"Cinquenta Tons" também mobilizou instituições que lutam contra a violência doméstica, como se a relação SM entre um homem dominador e uma mulher submissa glorificasse a violência contra a mulher. Ora, existe uma proporção inversa entre a prática do SM e a violência doméstica. A prática de dominação no SM sempre é restrita à esfera sexualizada pelo casal; ela não invade o resto da vida. Escrevi em 2012: "a dominação no sexo é justamente o que permite que, fora do sexo, Christian e Anastasia sejam um casal de iguais, cada um cioso de sua liberdade".

Alguns acham que Christian Grey (o protagonista) é improvavelmente rico e, com isso, a trilogia se confundiria com um conto de fadas. Você já imaginou como seriam os "120 Dias de Sodoma", do Marquês de Sade, se os libertinos, de vez em quando, devessem se preocupar com o aumento do aluguel do castelo?

Um casal que conheço tinha encontrado o dominador que pediram a Deus (ou ao Diabo, não sei): um homem que gostasse de dominar os dois. Mas eis que, logo numa véspera de Natal, o dominador estacionara errado e, ao deixar a casa do casal depois de uma "sessão", ele descobriu que seu carro tinha sido levado para o equivalente local do Detran. O dominador não tinha cartão, estava com pouco dinheiro e ainda precisava comprar um presente para a filha. Ele foi resgatado por seus "escravos", que salvaram o Natal: acompanharam o dominador ao Detran etc. Mas foi o fim de uma fantasia sexual que durava havia anos. Dá para entender por que Grey é rico?

Agora, também tenho críticas ao livro e ao filme. A principal é à ideia de que Grey seria "torto" porque foi abusado na infância e na adolescência - como se fosse necessária uma explicação que o "absolvesse" de suas fantasias. Não é preciso; as fantasias SM, além de não constituírem um transtorno, são mais que normais: são quase triviais.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Contra a corrupção, prisão preventiva? (TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR)

O TEMA da prisão preventiva no Brasil exige reflexão. Provocado pela Operação Lava Jato, aliado ao êxito das confissões estampadas pela mídia, o assunto parece gerar uma euforia saneadora, mas suas raízes são mais profundas. Diz o artigo 312 do Código de Processo Penal: "A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria".

Há dois problemas que merecem atenção: o primeiro diz respeito à extensão que se possa dar aos fundamentos expressos no artigo para a aplicação da prisão preventiva; o segundo, aos seus limites temporais. Quanto ao primeiro

problema, ao modificar os termos do artigo, parece ter possibilitado a interpretação de que o pedido de prisão preventiva possa ter como fundamento a necessidade para se conseguir a confissão do réu ou investigado. É possível citar quatro pareceres em habeas corpus, quando a Procuradoria Regional da República da 4ª Região defendeu a manutenção da prisão preventiva face à "possibilidade real de o infrator colaborar com a apuração da infração penal".

Os pareceres ministeriais foram subscritos em 21 de novembro de 2014 e enviados ao Tribunal Regional da 4ª Região no dia 25. As respectivas prisões haviam sido feitas em 15 de novembro. Na origem, trata-se de autos em trâmite na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Em um dos pareceres enviados ao Tribunal Regional Federal, o procurador da República afirma que, "além de se prestar a preservar as provas, o elemento autorizativo da prisão preventiva, consistente na conveniência da instrução criminal, diante da série de atentados contra o país, tem importante função de convencer os infratores a colaborar com o desvendamento dos ilícitos penais, o que poderá acontecer neste caso, a exemplo de outros tantos".

O parecer se baseia na parte do dispositivo que permite a prisão preventiva "para conveniência da instrução criminal". Por tratar-se de um conceito aberto, a conveniência da instrução parece autorizar, de forma abstrata, como causa para a prisão preventiva, forçar o réu a colaborar (leia-se delação premiada). Fazer da prisão preventiva um instrumento de obtenção de confissão, não só por pressão exercida sobre o preso, mas sobre sua família, é próprio da mentalidade autoritária. Em 1936, na Alemanha, a criação de uma polícia "defensiva" e "preventiva" foi o ponto crucial para a regulamentação normativa da Gestapo dentro de um "novo" espírito.

O Estado é constituído por um corpo social: o povo. A analogia, então, era clara: assim como o "povo", enquanto um "corpo", pode padecer de enfermidades, do mesmo modo as ações policial e judicial devem assemelhar-se aos cuidados "preventivos" de um médico. Dentre as prevenções estavam as diferentes formas de "pressão para confessar" da polícia nazista, cuja herança tem levado o mundo atual a proscrever com veemência todas as formas de tortura, inclusive a psicológica. Não por outro motivo a Corte Constitucional alemã tem reafirmado o caráter excepcional da medida, abolindo inclusive a denominação "preventiva".

Quanto ao limite temporal, o Ipea, com dados do Departamento Penitenciário Nacional, mostrou que, em 2011, a população carcerária no Brasil era de 514,7 mil, dos quais 217,1 mil eram presos provisórios, sendo que desses, 37% acabaram soltos. Assusta o tempo sem limitações, a produzir não só superpopulação carcerária, mas injustiças irreparáveis. As cortes europeias têm limitado o tempo a no máximo seis meses, mesmo no caso de suspeitos de terrorismo. Nesses termos, a invocação de "clamor público" não deve jamais ser confundida com garantia da ordem pública.

A Operação Lava Jato, para ter sucesso em um Estado democrático de Direito, fornece um bom ensejo para que o Judiciário, e o Supremo Tribunal Federal em especial, trace os limites da lei mediante sua competência interpretativa. É preciso que o faça não com os olhos apenas nos atuais casos de corrupção, mas nas injustiças sociais que uma prisão preventiva sem peias e a "indução" forçada a confissões sob o nome de delação premiada podem provocar, evitando-se, assim, que venham a agravar-se as estatísticas do Ipea.

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR, 73, advogado, é professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP e autor do livro "A Ciência do Direito" (Atlas). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

É correta a aplicação de teste antidrogas para renovação de CNH de motoristas profissionais? SIM

Pela preservação de vidas (ALBERTO ANGERAMI)

MAIS de 40 mil vidas são perdidas em acidentes de trânsito todos os anos no Brasil. Iniciativas como a Lei Seca, obrigatoriedade de "air bag", freios ABS e o aumento do cerco ao consumo de drogas nas estradas são aperfeiçoamentos recentes das regras vigentes pela preservação da vida.

A aprovação do projeto de lei nº 4.246/12 pela Câmara dos Deputados, e que agora vai à sanção presidencial, torna obrigatório o exame toxicológico de larga janela de detecção na habilitação e renovação para as categorias C, D e E. É um importante avanço na segurança das estradas e resultarão em vidas salvas, tanto dos motoristas em relação ao transporte de cargas como dos que os circundam. Temos nas estradas brasileiras uma grande prevalência do consumo de substâncias psicoativas, sobretudo estimulantes, como anfetaminas e cocaína, ingeridas na ilusão de manter-se alertas por muitas horas, arruinando o descanso e a saúde desses profissionais, vítimas de traficantes de drogas e da concorrência desleal. Esse cenário contribui enormemente para a ocorrência de acidentes, muitas vezes envolvendo veículos de grande porte, como ônibus e caminhões, e geralmente com vítimas fatais e enormes prejuízos à nossa economia.

A Polícia Rodoviária Federal estima que cerca de 30% dos motoristas profissionais dirijam sob efeito de estimulantes nas estradas. Ressalte-se que a situação nas estradas brasileiras é única, combinando distâncias continentais, condições de tráfego nem sempre adequadas, oferta abundante de drogas em muitas das paradas e - até recentemente - falta de elementos de dissuasão e controle do consumo de substâncias que afetam a habilidade de dirigir de forma segura. Os exames de larga janela verificam, de forma segura e eficiente, o uso pregresso de diversas substâncias psicoativas por 90 dias, possibilitando uma avaliação objetiva da condição de dependente de drogas de abuso prescritas, categorizada como

doença pela Organização Mundial da Saúde e potencial fator impeditivo temporário à habilitação, com decisão final do médico avaliador responsável, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

O Contran (Conselho Nacional de Trânsito) aprovou recentemente resolução que trata de maneira muito parecida o problema, o que demonstra a consonância entre o conselho e o Congresso Nacional a respeito desse tema. É importante destacar que tanto a lei como a resolução tratam do exame para habilitação e renovação da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) dos condutores nas categorias citadas, desempenhando importante papel preventivo e inibitório, diferentemente dos importantes exames surpresa a serem realizados nas estradas - coercitivos e complementares-- cuja matéria ainda precisa ser regulamentada.

Os exames toxicológicos de larga janela têm sido utilizados com sucesso há mais de uma década no Brasil por diversas empresas, polícias e Forças Armadas para a seleção de pessoal e para o desempenho de atividades sensíveis, acumulando resultados muito positivos. Especificamente nas estradas, em estudos consistentes envolvendo dezenas de milhares de motoristas profissionais, monitorados por anos, a adoção dos exames de larga janela resultaram na diminuição em sete vezes na acidentalidade relacionada às drogas, mensurada por exames pós-acidente e pós-morte. Assim, é evidente que esse avanço legislativo contribuirá definitivamente para segurança de todos nós.

ALBERTO ANGERAMI, 74, é diretor do Denatran - Departamento Nacional de Trânsito e presidente do Contran - Conselho Nacional de Trânsito. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

É correta a aplicação de teste antidrogas para renovação de CNH de motoristas profissionais? NÃO

Resolução simplista (NORIVAL DE ALMEIDA SILVA)

A FORMA simplista com a qual a resolução nº 460 do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) trata o consumo de substâncias psicoativas por motoristas profissionais, não resolve o problema. Ataca, simplesmente, os efeitos de uma situação drástica e perversa, que se prática no setor de transporte rodoviário de cargas há anos.

O poder público tem que, sim, coibir a prática de se exigir que o profissional cumpra jornadas exaustivas a fim de entregar a carga num tempo predeterminado. Situação que obriga esse mesmo profissional a recorrer a práticas abusivas no trânsito, para desviar de engarrafamentos, chegando ao ápice da utilização de substâncias químicas ilegais ou legais na ilusória pretensão de manter-se acordado.

Exigências desnecessárias, quando se constata que o setor cresceu o valor de faturamento bruto na ordem de 130%, de 2007 a 2013, segundo o IBGE. A resolução não define quem arcará com os custos dos exames, que podem chegar a R\$ 380, mas tudo leva a crer que será o próprio motorista. E ainda haverá perdas devido ao tempo em que o profissional ficará parado, aguardando o resultado do exame. É preciso destacar que o custo do frete já está defasado, no mínimo, de 35% a 40%. Some-se a isso os elevados preços do diesel, cujo valor sofreu quatro aumentos em dois anos, além dos gastos rotineiros com a manutenção de um veículo de carga.

Graças às pressões das entidades que defendem a categoria, medidas tomadas pelo governo trouxeram um alento à classe, como a diminuição da base de cálculo do Imposto de Renda e a criação da Lei do Vale-Pedágio --que obriga que o embarcador pague os pedágios. No entanto, outro risco ronda o transporte rodoviário de cargas. Pesquisas recentes revelaram que há um deficit de 100 mil profissionais no setor. O que equivale dizer que, se simplesmente retirarmos do trabalho esses profissionais, poderemos ter um colapso, com um apagão definitivo.

É lógico que queremos que maus profissionais saiam de circulação. E nesse sentido a resolução do Contran acertou. Mas é preciso um trabalho conjunto dos órgãos fiscalizadores - Agência Nacional de Transporte Terrestre, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho - para impedir abusos da parte daqueles que contratam o frete. Além disso, por que não envolver a Previdência Social na questão, a fim de permitir que esses profissionais possam receber tratamento adequado para se reabilitarem ao trabalho, com obrigatoriedade da realização de um check-up anual.

Uma vez que não há regulamento próprio na CLT, nem mesmo reconhecimento do INSS quanto ao vício, é chegado o momento de se discutir essa questão de uma forma ampla. Isso para atender aos motoristas profissionais com carteira assinada, estimados em cerca de 160 mil profissionais no mercado. Há de se pensar principalmente no motorista profissional autônomo, já que ele exerce sua atividade assumindo os riscos do negócio --são mais de 817 mil profissionais. Estes, sem o reconhecimento da Previdência Social admitindo ser uma doença o vício em substâncias químicas, ficarão à própria sorte.

O pior é que outros engrossarão essa estatística, caso o setor não obedeça padrões éticos de condições de trabalho, jogando na sarjeta seres humanos que entregam-se ao vício de substâncias químicas para atender a uma exigência perversa de contrato.

NORIVAL DE ALMEIDA SILVA é presidente da Federação dos Caminhoneiros de Carga em Geral do Estado de São Paulo (Fetrabens) e do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo (Sindicam-SP). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Quebrando o tabu (THAÍS PAIVA)

Um discurso realista é o caminho mais eficaz para prevenir o uso de drogas pelos adolescentes



Cerca de 5% dos jovens brasileiros usam maconha

CURIOSIDADE, rebeldia, necessidade de afirmação perante um grupo, desejo de vivenciar novas experiências. São diversos os motivos que podem levar os adolescentes a procurar as drogas. O fácil acesso ao álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas antes mesmo da maioridade e, portanto, em idade escolar, torna a questão ainda mais delicada. De acordo com o Segundo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas - Comportamentos de Risco Entre Jovens, realizado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com apoio do CNPq e da Fapesp, é pouco antes dos 15 anos de idade que os brasileiros experimentam as primeiras doses de álcool e fumam os primeiros cigarros.

Ainda segundo o estudo, metade dos jovens com idades entre 14 e 25 anos são usuários de álcool – dessa taxa, 26% menores de idade – e perto de 5% dos garotos menores de 18 anos e quase 18% dos homens jovens (com idade entre 18 e 25 anos) são fumantes. Entre as drogas ilícitas, chama atenção o uso da maconha: aproximadamente 5% da população jovem afirmou usar a substância – uma taxa relativamente baixa quando comparada a outros países.

O contato inicial ocorre, muitas vezes, dentro dos próprios muros da escola ou o problema adentra os portões de tantas outras maneiras que torna-se fundamental a preparação da equipe pedagógica para lidar com o tema, contemplado pelo Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dentro dos chamados “temas transversais”. Primeiramente, é preciso ter claro que diferentes tipos de drogas, situações, níveis de consumo e contextos familiares exigem também abordagens distintas. Em qualquer caso, porém, um diálogo coerente e franco prova-se indispensável.

“Muitas escolas pecam por fingir que não está acontecendo nada, que o problema não existe ou então por ter essa posição radical de expulsar o jovem que está usando. Isso não funciona. Pais e alunos precisam ter a segurança de que podem abrir situações com a escola e que esta tentará ajudar ao máximo e não julgá-los ou entregá-los de alguma maneira”, defende Ilana Pinsky, psicóloga e autora do livro *Álcool e Drogas na Adolescência* (Ed. Contexto, 2014), ao lado do educador Cesar Pazinato.

De acordo com Ilana, é comum que os pais procurem a escola em busca de orientação e, nesse sentido, um posicionamento repressor da instituição, em vez de auxiliar, acaba intensificando o problema. “Muitos pais pensam ‘se meu filho está usando, é porque eu errei’ e não é bem assim. Além disso, há uma série de preconceitos que acabam dificultando o tratamento da situação com clareza.” O ideal é estabelecer um canal de conversação e confiança entre os pares. Ao se sentir escutado, será muito mais fácil para o adolescente escutar alguém mais experiente que possa ajudá-lo a tomar suas decisões de forma mais racional e consequente.

Para Cesar Pazinato, por conta das crianças e adolescentes passarem um tempo expressivo de suas rotinas diárias dentro da escola, este espaço desempenha um papel fundamental no trabalho de prevenção de riscos e promoção da saúde, passando pela questão da saúde sexual a das drogas. “É preciso dar voz ao jovem, pois já é sabido que as famílias

nunca são a primeira fonte de informação que eles têm sobre o assunto, geralmente são os próprios colegas e a mídia”, explica. Em muitos casos, inclusive, os adolescentes se mostram mais informados sobre o tema do que os adultos.

Para Eduardo Mendes Ribeiro, psicanalista e membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Appoa), ainda há uma enorme distância entre o discurso pedagógico normalizador praticado pelas escolas e a realidade dos adolescentes. “Enquanto eles não puderem discutir abertamente, sem recriminações e repressão, no ambiente escolar não só suas relações com as drogas, mas também sua sexualidade, suas visões de mundo e seus ideais, todo o discurso “escolar” lhes parecerá alheio, não lhes tocará”, explica.

Nesse contexto, um ponto importante é estabelecer uma conversa realista sobre as características e efeitos de cada droga, evitando recorrer à exageros e demonizações. Segundo os especialistas, programas de prevenção baseados em discursos de amedrontamento como “não experimente, se não irá se viciar” ou imagens e informações chocantes vêm se provando ineficazes. “Tudo indica que essa abordagem não é eficaz, pois menos de 1% das pessoas que experimentam alguma droga se torna dependente. Seria como dizer que não devemos andar de automóvel porque corremos o risco de nos acidentarmos. E os jovens sabem disso”, diz Ribeiro.

Fernanda Gonçalves Moreira, psiquiatra e pesquisadora do Núcleo de Estatística e Metodologia Aplicadas (Nemap) da Unifesp, concorda. Ela lembra que o adolescente a partir dos 12, 13 anos já tem capacidade de formular e testar suas próprias hipóteses. “Você pega uma campanha na televisão que compara o adolescente que fuma maconha a um cacto e este jovem tem um amigo que fuma e não enxerga nele nada disso, ele vai confrontar esse dado, colocar em descrédito todas as informações associadas a essa propaganda”, explica.

É preciso deixar claro, entretanto, que uma abordagem com menos excessos não deve ser sinônimo de uma interpretação que desdenha do poder e riscos das drogas, lembra Pazinato. “Também não dá para minimizar os efeitos do uso, mas tem que ser de uma forma que converse com a realidade do jovem”, diz. Outro erro comum é colocar todas as drogas ilícitas em uma mesma categoria, tratando, por exemplo, a maconha da mesma forma que o crack. “Toda e qualquer abordagem que menospreze a capacidade intelectual dos jovens não vai dar certo. O jovem sabe observar, a droga está nas ruas. É algo que eles veem. Não dá para falar com o adolescente como você falasse com crianças pequena”, resume Fernanda.

O neurocientista americano Carl Hart, professor da Universidade de Columbia, é um dos maiores defensores dessa abordagem que ele define como “uma política de drogas baseada em fatos, não em ficção”. Em seu livro *Um Preço Muito Alto* (Ed. Zahar, 2014), Carl afirma que a maior parte da população está iludida ou desinformada em relação ao que as drogas fazem ou deixam de fazer ao corpo humano. “Há tempos vem sendo orquestrada uma tentativa de exagerar os riscos de drogas como cocaína, heroína e metanfetamina. Os mais empenhados nessa tentativa são os cientistas, os responsáveis pelo cumprimento da lei, os políticos e os meios de comunicação”, diz.

O grande problema desta visão dramática sobre as substâncias psicoativas, diz o professor, é que ela estigmatiza de forma equivocada aqueles que usam drogas, além de levar à adoção de políticas erradas. “Essa desinformação nos leva a tomar iniciativas que prejudicam as pessoas e comunidades às quais supostamente deveríamos ajudar”, diz. Por meio de experimentos com ratos, Hart concluiu que quando são oferecidas apenas drogas a cobaias, elas se viciam, mas quando lhes são oferecidas outras opções de entretenimento elas não escolhem sempre usar as drogas, muitas vezes preferindo as outras opções. Em outras palavras, garantir acessos e oportunidades a todos os cidadãos seria uma forma muito mais adequada de enfrentar o problema do abuso.

Para Ribeiro, é importante frisar com os alunos que são as pessoas que procuram as drogas e não o contrário. “Se alguém toma um cálice de vinho ou uma dose de uísque, regularmente, ou fuma um cigarro de maconha, de vez em quando, ou mesmo consome uma droga sintética eventualmente, não há porque afirmar que ele se tornará um dependente. Mas, se frente a qualquer forma de mal estar, alguém decide recorrer ao consumo de alguma substância com propriedades psicoativas, seja ela a maconha, a cocaína, o álcool, ou mesmo medicamentos, ela tenderá a produzir uma relação de dependência, sem enfrentar as fontes de seu sofrimento”, explica.

Assim, vale fazer a distinção entre o que é experimentação e uso problemático, que geralmente culmina em prejuízos na vida social e acadêmica. “A pessoa pode usar um pouco ou de vez em quando, mas se tiver uma consequência negativa, um prejuízo para ela ou para quem estiver perto como amigos e familiares, é uma dependência”, comenta Arthur Guerra, psiquiatra da USP e do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool. “Não é uma questão de frequência, nem de quantidade, mas de efeitos negativos.”

Apesar de não existir um consenso a respeito do modelo de prevenção mais eficiente, pode-se afirmar que quanto maior e mais diversa forem as opções de cultura, informações, entretenimento e conhecimento que este jovem tiver acesso, menor será a chance de envolver-se com as drogas. “Se ele for ouvido em sua totalidade, tiver um lugar de sociabilidade, acesso a fontes de prazer outras que não as drogas, a maconha, por exemplo, vai ser uma opção em muitas. Não vai ser a única opção”, explica Fernanda. Daí o vício e incidência assustadora entre as populações mais vulneráveis como moradores de rua e outros grupos socialmente marginalizados. “Acaba sendo a única saída que eles encontram.”

Além disso, é preciso que a escola formule sua própria política de prevenção de acordo com a realidade que está inserida. “Para mim, cada escola tem que descobrir o seu próprio modelo, o que funciona ou não ali dentro”, diz Cesar. O educador lembra, porém, que quanto mais cedo começar este trabalho, melhor serão os resultados.

Conversas dinâmicas e projetos multidisciplinares envolvendo o tema pode ser um caminho. Ao invés de criar um horário para falar sobre drogas, dissociada das outras conversas, mais interessante é entrelaçar o tema com outros assuntos escolares. "Quando vamos falar de consumo, já podemos falar da estrutura urbana, da favela, do tráfico de drogas. Quando falamos de ecologia, porque não falar da relação das substâncias naturais e artificiais? Um papo sobre drogas integrado a outros papos é muito mais interessante e não acende aquele holofote 'oh, drogas', que só atrapalha o diálogo franco", defende Fernanda

THAÍ PAIVA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA NA ESCOLA, Fevereiro de 2015.**

Calores femininos (DRAUZIO VARELLA)

O SOFRIMENTO da menopausa pode durar mais do que você esperava. A chegada da menopausa é a fase das ondas de calor alternadas com arrepios de frio, diminuição da libido, ressecamento e flacidez da pele, queda de cabelo, astenia, secura vaginal, irritação, labilidade emocional, depressão e ansiedade.

Embora a maioria experimente esse cortejo de sintomas, para algumas mulheres eles são de pequena intensidade, às vezes quase imperceptíveis. Em compensação, há casos em que são devastadores. As ondas de calor são um suplício à parte. Em geral acompanhadas de vermelhidão no rosto e sudorese intensa, molham a roupa em momentos inadequados, criando constrangimento social. São amigas da noite e inimigas do sono reparador. Há mulheres despertadas por elas cinco, seis vezes durante a madrugada.

Com intensidade variável, esses sintomas vasomotores afligem 80% das mulheres. Por incrível que pareça, a duração desse fenômeno tão prevalente era mal conhecida, porque até aqui os estudos envolveram número pequeno de participantes acompanhadas por períodos curtos. Nesta semana foi publicado na revista americana "JAMA Internal Medicine" o estudo mais completo sobre o tema: "Study of Women's Health Across the Nation (SWAN)" - em português, estudo nacional sobre a saúde da mulher.

No período de fevereiro de 1996 a abril de 2003 foram analisadas 1.499 mulheres na perimenopausa (fase que antecede a menopausa), recrutadas em sete centros dos Estados Unidos. Só foram aceitas as que haviam apresentado pelo menos seis episódios vasomotores nas duas últimas semanas e que nunca tinham feito reposição hormonal. Em apenas 20% dos casos, os calores só começaram depois da parada das menstruações; em 66%, o início foi no período em que as menstruações se tornaram irregulares; e, em 13%, surgiram ainda na vigência de ciclos regulares.

A enorme surpresa provocada por esse estudo multiétnico e multirracial foi mostrar que pode ser longo esse período da condição feminina. A mediana de duração das ondas foi de 7,4 anos. Quer dizer, em metade das mulheres não atingiu esse tempo; na outra metade ultrapassou-o. Nos casos mais extremos persistiram por 14 anos.

Outro achado original e inesperado: quanto mais cedo as ondas chegam, mais tempo levam para ir embora. Naquelas pacientes em que os primeiros calores surgiram na pré-menopausa ou na fase em que os ciclos estavam irregulares (perimenopausa), a duração média ultrapassou 11,8 anos. Já nas que não menstruavam mais quando eles se instalaram, foi bem menor: 3,4 anos.

A explicação mais provável está nas diferenças de sensibilidade dos centros de regulação térmica (situados no hipotálamo) à redução dos níveis de hormônios sexuais na circulação. Mulheres com sensibilidade exaltada apresentam sintomas mais precoces, por mais tempo. As diferenças entre os grupos étnicos foram significantes: mulheres negras: 10,1 anos; latino-americanas brancas: 8,9 anos; brancas não latino-americanas: 6,5 anos; e asiáticas: 5 anos. As razões para a variabilidade étnica não são conhecidas - podem estar relacionadas com a genética, as dietas e com a história reprodutiva.

As participantes em que os sintomas foram mais persistentes tenderam a ter menos anos de escolaridade, maior percepção do estresse e a ser mais depressivas e ansiosas. Não está claro se a labilidade emocional e o estresse são causas ou conseqüências das ondas. Mulheres com vidas mais estressantes teriam percepção exaltada dos sintomas e sentiriam mais incômodo. Por outro lado, acordar diversas vezes durante a noite é causa importante de estresse. A mesma ambigüidade entre causa e efeito cabe à relação com depressão e ansiedade: nas deprimidas e ansiosas, os sintomas persistem por mais tempo ou são causadores de depressão e ansiedade.

O estudo SWAN tem sido muito elogiado no ambiente científico. Com razão, é a pesquisa mais completa sobre a duração dos fenômenos vasomotores. O que me causa espanto é que só em 2015 ficamos sabendo que eles duram em média mais de 7 anos, tempo que pode chegar a 14 anos e a mais de 11 anos nas mulheres que começaram a senti-los enquanto ainda menstruavam. O desconhecimento enciclopédico desse aspecto da fisiologia humana só tem uma explicação: acontece com as mulheres.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro 'Estação Carandiru' (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Do apagão ao clarão na saúde (CLAUDIO LOTTENBERG)

UM DIAGNÓSTICO do Brasil neste momento mostra um paciente em estado grave. Sinais vitais da economia, como inflação, juros, taxa de desemprego e índice de crescimento recomendam cuidados.

O maior patrimônio empresarial está debilitado pelo cancro da corrupção. A síndrome do apagão causa perturbações no cotidiano das famílias, das instituições que prestam serviços, da indústria e do comércio. A falta de ética contamina relações políticas e sociais. A ganância fiscal aumenta a obesidade de órgãos públicos esclerosados. A descrença na classe política dissemina uma apatia quase generalizada na sociedade brasileira.

Na saúde, que já apresenta problemas crônicos, o prognóstico é preocupante. Embora o setor seja responsável pela movimentação de 9,3% do PIB nacional, o investimento per capita é proporcionalmente muito inferior ao que é gasto em outros países, chegando a pouco mais de US\$ 1.000 por ano. Isso num cenário em que as despesas de saúde registram altas superlativas. De 2004 a 2013, por exemplo, cresceram 133,7%, mais que o dobro da variação do IPCA no mesmo período (60,1%).

Pior que a escassez de recursos é o desperdício. Milhões e milhões de reais que deveriam servir para melhorar a assistência médica, a saúde e o bem-estar das pessoas, são drenados para sistemas viciados como gestão perdulária, ineficiência de processos, judicialização, corporativismo e regulação anacrônica. O aumento da população com mais idade, advento de novas drogas, mudanças no estilo de vida e inovações tecnológicas tornam mais complexa a gestão da saúde e sua sustentabilidade financeira.

Em todo o mundo, autoridades públicas e representantes do setor privado buscam fórmulas para alcançar um modelo saudável. O Brasil, no entanto, persiste no erro de ministrar os paliativos programas compensatórios. Há outros sintomas graves, como o resultado do recente exame de avaliação do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. De 2.411 formandos de 28 escolas médicas do Estado, 54,5% foram reprovados porque não conseguiram responder ao menos 60% das questões em nove áreas básicas sobre medicina.

Como todo paciente em estado grave, o Brasil precisa de terapia intensiva com o apoio de todos que possam colaborar para sua recuperação. O hospital Albert Einstein, com 60 anos de história e liderança em saúde no Brasil, não poderia deixar de contribuir, e atua em várias frentes. No campo da formação, onde já mantém cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, com 3.500 alunos, o Einstein lançará em breve a sua faculdade de medicina.

No âmbito de parcerias públicas, no primeiro semestre deve ser aberto um hospital público de alta complexidade em São Paulo para atuar, principalmente, na realização de transplante hepático para pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) - será o segundo sob gestão do Einstein na periferia da cidade.

Os desafios presentes na área da saúde exigem visão multidisciplinar e novas abordagens. Neste sentido o Einstein, desde o ano passado, tem reunido alguns líderes e visionários de várias partes do mundo, para repensar saúde, debater a medicina do amanhã e, à luz de experiências internacionais bem sucedidas, encontrar novos elementos para oxigenar as discussões no nosso país.

São iniciativas importantes que, isoladamente, não vão resolver os problemas de saúde no Brasil, principalmente considerando a conjuntura desfavorável do momento. Mas representam mais uma contribuição em busca de um cenário onde a sociedade brasileira possa vislumbrar algum clarão. Sob essa perspectiva é importante o compromisso com a atitude coerente de quem deseja melhorar o nosso país.

CLAUDIO LUIZ LOTTENBERG, 54, é presidente da Sociedade Beneficente Israelita Albert Einstein. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Fevereiro de 2015.